/

• O ESTADO DE S. PAULO >fT^ l Jfl4» L Politica

W QUINTA-FEIRA — 25 DE JUNHO DE 1987

ca substitui o
BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O relator da
Comissão de Sis-

tematização, de-
putado Bernardo
Cabral (PMDB -
AM), decidiu on-
tem pela extin-
ção do Conselho de Segurança Na-
cional e a sua substituição pelo Con-
selho da República, formado pelo
presidente da República, presiden-
tes do Senado e da Câmara, o primei-
ro-ministro, Líderes da maioria e da
minoria no Congresso Nacional, um
ministro militar, em caráter de rodí-
zio, representando anualmente cada
um dos Ministérios, e seis represen-
tantes da sociedade civil — dois indi-

cados pela Presidência da República
e quatro votados pela Câmara e Se-
nado.

A opção do grupo que formula
um esboço de Constituição, segundo
Bernardo Cabral, foi pela sugestão
do Conselho da República, como es-
tá contido no parecer da Comissão
de Organização dos Podelfes e Siste-
ma de Governo, e não pelo que deci-
dira a Comissão de Organização Elei-
toral, Partidária e Garantias das Ins-
tituições que mantinha o Conselho
de Segurança Nacional com as suas
atuais atribuições e criava o Conse-
lho Constitucional, como um órgão
de natureza política para assuntos
de ordem política e paz social.

O Conselho da República, segun-
do a definição do relator, será convo-
cado para decidir sobre a dissolução
da Câmara dos Deputados — dentro
do regime parlamentarista de gover-
no adotado pela comissão —, nomea-
ção e exoneração do primeiro-minis-
tro, realização de referendo sobre
matéria constitucional, declaração
de guerra e celebração de paz, inter-
venção federal nos estados, e decre-
tação das salvaguardas governamen-

tais de estado de defesa e estado de

sítio, que substituem as atuais salva-
guardas do Estado e medidas de
emergência e o estado de sítio.
Também ficou decidido o papel
do Supremo Tribunal Federal, como
definido anteriormente pela Comis-
são da Organização dos Poderes e
Sistema de Governo, que fica com a
competência no que diz respeito à
inviabilidade das garantias constitu-
cionais, representando a instância
constitucional, o que derrotou a pro-
posta de criação do Tribunal Consti-
tucional.

Como complemento, será criado
o Superior Tribunal de Justiça, com
algumas das atuais atribuições do
Supremo Tribunal Federal e substi-
tuindo por completo, nas atribui-
ções, o atual Tribunal Federal de Re-
cursos, que deixa de existir. O relator
destinou 36 vagas de ministro para o
novo tribunal. Por ser considerado

um órgão conflitante com as atribui-
ções do STF e do STJ, não foi aceita
a sugestão de criação do Tribunal de
Garantias dos Direitos Constitucio-

nais, da Soberania do Povo, da Na-
cionalidade e da Cidadania.

O relator Bernardo Cabral, que
havia prometido para ontem, no fim
da tarde, o término do exaustivo tra-
balho de compatibilização dos sete
pareceres das comissões constitucio-
nais temáticas e mais o da Comissão

da Família, da Educação, Cultura e
Esportes, da Ciência e Tecnologia e
da Comunicação, disse que somente
hoje, "por volta do mesmo horário",
é que poderá terminar o trabalho e
entregar o primeiro "projetão" do
que será a futura Constituição aos
presidentes da Constituinte, Ulysses
Guimarães, e da Comissão de Siste-
matização, senador Afonso Arinos
(PFL-RJ).
Cabral foi contraditório ao infor-

mar sobre o número de artigos do
projeto de Constituição elaborado
pelo "grupo dos quatro" — os sena-
dores Fernando Henrique Cardoso

(SP), Wilson Martins (MS) e José Iná-
cio Ferreira (ES) e o deputado Nelson
Jobim (RS), todos do PMDB —, afir-
mando que fora de 400 artigos, para
se corrigir depois, e informar que fo-
ram 553. D A i ,

Jrreamoulo

O deputado Bernardo Cabral
também concluiu a redação do
preâmbulo da futura Constituição,
que vai submeter à apreciação do
plenário da Assembleia Nacional
Constituinte, no qual afirma que "a
soberania reside no povo, que é a
fonte de todo o poder" e que "os po-
deres inerentes à soberania são exer-

cidos por representantes eleitos, ou
por consulta".
É o seguinte o texto de Bernardo
Cabral ao preâmbulo da futura Cons-
tituição:
"Os representantes do povo bra-
sileiro, reunidos, sob a proteção de
Deus, em Assembleia Nacional Cons-
tituinte, firmam, no preâmbulo desta
Constituição, o seu propósito de
constituir uma grande Nação, basea-
da na liberdade, na fraternidade cris-
tã, na igualdade, sem distinção de
raça, cor, procedência, religião ou
qualquer outra, certos de que a gran-
deza da pátria está na educação, saú-
de e felicidade do povo, na sua cultu-
ra, na observância dos direitos fun-
damentais da pessoa humana, na
equitativa distribuição dos bens ma-
teriais e culturais, de que todos de-
vem participar. Afirmam, também,
que isso só poderá ser obtido com o
modo democrático de convivência e

de organização estatal, com repulsa
a toda forma autoritária de governo
e toda a exclusão do povo do proces-
so político, económico e social.
"A soberania reside no povo, que
é a fonte de todo o poder; os poderes
inerentes à soberania são exercidos

por representantes eleitos, ou por
consulta. O voto é secreto, direto e
obrigatório, e as minorias terão re-
presentação proporcional no exercí-
cio do poder político", conclui Ber-
nardo Cabral.

Reserva de mercado
BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A reserva de mercado para a in-
formática e a possibilidade de "pro-
teção" para as empresas nacionais
em determinados setores serão asse-
guradas pelo anteprojeto que o rela-
tor da Comissão de Sistematização,
Bernardo Cabral, deverá entregar
hoje ao presidente da Constituinte,
Ulysses Guimarães. O documento
descarta quase que integralmente o
texto sobre reforma agrária aprova-
do pela Comissão de Ordem Econó-
mica. Desconsidera também muitas
das disposições aprovadas para re-
gulamentação da questão Urbana e
de transportes.
A definição de empresa nacional
também será alterada por um con-
ceito mais "avançado", enquanto se-
rão mantidas as propostas de estabi-
lidade no emprego sugeridas pela
Comissão da Ordem Social e as 40
horas de trabalho semanais, proibin-
do a jornada diária por mais de oito
horas. Bernardo Cabral disse ontem
que procurou manter ao máximo a
redação encaminhada pelas comis-
sões temáticas. Só interferiu nas pro-
postas repetitivas ou conflitantes.
Neste último caso, optou pelo crité-
rio político, depois de ouvidas as li-
deranças partidárias. Os dez artigos
que formam o capítulo "Da política
agrícola e fundiária e da reforma
agrária", aprovado por 39 dos 64 vo-
tos da Comissão de Ordem Económi-
ca, deverão ser substituídos por qua-
tro itens do projeto da Comissão dos

Direitos e Liberdades Fundamen-
tais, relatado por Paulo Bisol.
Sem entrar no ponto mais polé-
mico da reforma agrária, o item que
determina a posse imediata do imó-
vel pela União, após despacho do In-
cra, será substituído pela proposta
de Bisol, pela qual a propriedade pri-
vada é assegurada e protegida pelo
Estado, com as seguintes condições:
a) A de bens de uso pessoal ou
familiar é insuscetível de desapro-
priação, salvo por inarredável inte-

•iriririririnnnrr

resse social, ou utilidade ou necessi-
dade pública, mediante justa e ime-
diata indenização, em dinheiro se as-
sim exigir o expropriado;
b) A de bens de produção é susce-
tível de desapropriação por necessi-
dade ou utilidade pública ou por in-
teresse social, desde que necessária à
execução de planos, programas e
projetos de desenvolvimento social e
económico, sejam eles da União, dos
estados ou municípios, mediante jus-
ta indenização;

c) Os critérios para determinar o
valor e a forma de indenização por
desapropriação, constem eles da
Constituição ou de leis, sempre leva-
rão em conta o não uso, o uso mera-
mente especulativo do bem desapro-
priado nos últimos três anos e, se
bem de produção, a média de produ-
tividade no mesmo período, além da
significação económica do ato expro-
priatório em relação ao património
do expropriado, considerada a base
de garantia de seus dependentes;
d) Os planos, programas e proje-
tos de desenvolvimento social e eco-
nómico dos municípios serão subme-
tidos à apreciação judicial antes de
iniciar as desapropriações necessá-
rias.

Ficará a nível partidário a deci-
são se "a folha de salários é base
exclusiva da seguridade social e so-
bre ela não poderá incidir qualquer
outro tributo ou contribuição", con-
forme consta do relatório de Almir
Gabriel (PMDB-PA). Este artigo — o
mais conflitante do relatório da Or-
dem Social — foi levado ontem ao
conhecimento dos líderes do PMDB,
Fernando Henrique Cardoso e Mário
Covas, aos quais caberá decidir a
questão com Bernardo Cabral, ainda
hoje.
Almir Gabriel já garantiu a cria-
ção do Fundo de Seguridade Social,
porém com três ressalvas: exclusivi-
dade da contribuição sobre a folha
de salários, contribuição incidente
sobre a renda da atividade agrícola e
à parte referente também ao salário-
educação.

UDR inicia hoje campanha para

*

levar produtores à Constitiiinte

A União Democrática Ruralista
começa hoje uma campanha de mo-
bilização nacional destinada a reunir
em Brasília, a partir do próximo dia
9, milhares de produtores agrícolas
para acompanhar os trabalhos da
Comissão de Sistematização que de-
finirá os rumos da reforma agrária na
nova Constituição. O presidente da
UDR, Ronaldo Caiado, disse ontem
em São Paulo que espera a manuten-
ção, na futura Carta, das propostas
aprovadas pela Comissão de Ordem
Económica.

De acordo com Caiado, o objeti-
vo da concentração em frente ao
Congresso não é pressionar os parla-
mentares nem promover confronto
com grupos contrários. "A nossa me-
ta—diz—é alertar toda a sociedade
para o risco que corre a produção de
alimentos com uma reforma agrária
mal conduzida, sem política agrícola
definida e anárquica. Por isso, toda
essa sociedade está comprometida
com a manifestação." Caiado repetiu
que a UDR não é contra a reforma
agrária.

A partir de hoje, quando reunirá
cerca de 1.500 produtores em Barre-
tos, a direção da UDR pretende per-
correr as 120 regionais que a entida-
de já instalou em 17 Estados, com
aproximadamente 114 mil associa-
dos. E acredita que até a véspera da
instalação dos trabalhos no Congres-
so, tenha concluído a convocação
geral.

Ronaldo Caiado reafirmou que a
UDR não tem compromissos com ne-
nhum parlamentar constituinte.
"Nosso compromisso é com os pro-
dutores e com a sociedade, que con-
some os alimentos que produzimos."
Mas advertiu que a UDR não quer
que os homens do campo, que traba-
lham, produzem e geram empregos
"tenham sua imagem denegrida por
alguns que pensam representar a so-
ciedade brasileira, mas nunca fize-
ram nada por ela e são sustentados
por transnacionais que não desejam
o equilíbrio e a produtividade na
agricultura".

Segundo ele, uma prova desse
comportamento é a proposta que al-
guns constituintes apresentaram pa-
ra fins de desapropriação, "exclusi-
vamente destinadas a ampliar os la-
tifúndios do Estado, hoje dono de
112 milhões de hectares, além dos 43
milhões que já desapropriou. Desses
assentados, os parlamentares se es-
queceram. Não cobram do governo
nenhuma obrigação social, muito
menos uma política agrícola".

Ronaldo Caiado

O presidente da UDR acredita
que esses constituintes pensam ape-
nas em seu próprio interesse "de de-
sestabilizar o campo, desrespeitar o
direito de propriedade, semear luta
de classes e a revolução. Mas a As-
sembleia Nacional Constituinte não
é o Politburo".

Outro exemplo de Caiado para
os efeitos negativos da maneira co-
mo o governo vem conduzindo a re-
forma agrária é "a situação subuma-
na em que vivem os 82 mil assenta-
dos nos 62 projetos já instalados pelo

Incra, todos improdutivos. Os bene-
ficiados vivem graças à ajuda oficial
de um salário mínimo mensal que,
quando é cancelado, trocam a terra
por qualquer bugiganga e vão em-
bora".

Caiado elogiou a atitude do go-
vernador Álvaro Dias, do Paraná,
que não aceita mais a execução do
Plano de Reforma Agrária em seu
etado enquanto o governo não apre-
sentar seu programa de política agrí-
cola. "Os Estados — disse — não po-
dem mais aceitar essa irresponsabili-
dade do governo federal, que penali-
zou as unidades mais produtivas da
Federação, distribuindo terras a
quem não é do ramo e, o que é mais
grave, onde os homens do campo que
tinham vocação foram forçados a
vender suas fazendas para honrar
compromissos bancários."
PERIGO

A concentração em frente ao
Congresso, para Caiado, reunirá pro-
dutores e toda a sociedade na espe-
rança que os deputados mostrem à
Nação que não são omissos e que "a
Constituição não é o que os anar-
quistas querem. Não vamos deixar
que uma minoria comprometa a ima-
gem da Constituinte". Ele lembra
que se o País escolheu a via capitalis-
ta, a iniciativa privada tem de ser
prestigiada desde seu setor primário
da economia — a agropecuária. "A
UDR não permitirá que a reforma
agrária seja o 'boi de piranha' da
Constituinte", para satisfazer inte-
resses de radicais em troca da apro-
vação de propostas que contentem
conservadores em outros setores.

"Por isso — concluiu Caiado — a
sociedade precisa participar. Se o
País é capitalista, ninguém deve se
envergonhar de ser empresário da in-
dústria, do comércio ou da agrope-
cuária. A tradição de se defender o
chamado 'lado mais fraco' tem de ser
revista. Bem analisado, veremos que
esse lado mais fraco é composto pe-
las vítimas dos radicais que as utili-
zam como massa de manobra, visan-
do seus interesses."

Alencar Monteiro

Cabral recebe documento dos grupo dos oito auxiliares. Hoje divulga esboço da Carta

egurança vai
mVw acesso

ao Congresso
BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Dentro de 20 dias, a Assembleia
Nacional Constituinte porá em vigor
rígidas normas que impedirão o movi-
mento popular verificado até aqui. De
acordo com o 2o

vice-presidente da
Constituinte, deputado Jorge Arbage
(PDS-PA), o grande objetivo não é
afastar o povo das votações, mas asse-
gurar a integridade física dos consti-
tuintes e evitar o derramamento de
uma única gota de sangue.

Para pôr em funcionamento o es-
quema de segurança apenas no inte-
rior co prédio, os 400 agentes da Câma-
ra e do Senado terão de trabalhar (ho-
je, «penas S0 atuam). Mas não fica
nisso, pois serão contratados mais cem
homens e 50 mulheres, por critérios
que « Mesa da Assembleia ainda não
definiu. Na área externa que circunda
o Congresso, as medidas de segurança
serão decididas pelo presidente Ulys-
ses Guimarães e, provavelmente, o
GDF e as Forças Armadas deverão
colaborar.

A primeira providêm ia paia acal-
mar as votações constituintes começa-
rá no Salão Verde, ante-sala do plená-
rio, por onde só poderão passar depu-
tado,?, senadores, funcionários a servi-
ço e Jornalistas credenciados. A segu-
rança vai trabalhar desarmada e níio
deixará nenhum popular circulando,
O batalhão de lobbistas que hcje
praticamente integra a Assembleia fi-
cará confinado no Salão Negro, um
andar abaixo, onde poderão se reu iir e
discursar, "mas sem baderna". Quem
quiser procurar seu constituinte terá
de encontrar um emissário disposto a
chamá-lo. Mas, para melhor organiiar
o grupo, cada entidade se dirigirá p
viamente à presidência da As sen
bléia, com uma antecedência de cinco
dias.

Nas galerias, com 935 cadeiras, al-
gumas das quais quebradas em virtu-
de das últimas votações da Comissão
da Ordem Económica, o barulho será
pequeno. Serão divididas em três se-
ções, a menor das quais, com 200 luga-
res e no local mais alto e portanto mais
afastado do plenário, para o povo. Para
o acesso, os partidos terão senhas, cu-
ja quantidade será proporcional ao nú-
mero de constituintes por bancada. Na
entrada, depois de passar por uma por-
ta metálica detectora de objetos peri-
gosos, o popular terá acesso, deixará a
senha com a segurança e esta a devol-
verá ao partido.
O restante dos lugares nas gale-
rias ficará para a imprensa; principal-
mente a televisão, e para convidados
nacionais ou estrangeiros. A expecta-
tiva é de que sobrem cadeiras. Mas a
imprensa credenciada, segundo o de-
putado Jorge Arbage, desde que com
um crachá no peito, poderá andar li-
vremente, inclusive nas laterais do
plenário, como ocorre nas sessões nor-
mais. '
BUROCRACIA

O Regimento Interno da assem-
bleia já estabelece normas de seguran-
ça, mas como foram consideradas ge-
néricas, a Mesa decidiu arranjar ou-
tras. Por isso, na segunda ou terça-
feira, a Mesa receberá as sugestões,
depois de passarem por todos os líde-
res partidários. Em seguida, a Mesa
editará um ato condensando as suges-
tões aprovadas e consideradas as mais
adequadas para a segurança das vota-
ções na Constituinte.

Com o ato pronto, o deputado Jor-
ge Arbage funcionará como corregedor
e baixará portarias para disciplinar as
normas, que buscam três objetivos
principais: garantir a integridade físi-
ca dos constituintes, a participação ra-
cional do povo e a colaboração da pró-
pria assembleia, para que haja tran-
quilidade. Ninguém poderá entrar
com embrulhos no Congresso — a se-
gurança vai recolher e abrir tudo.

Prerrogativas iguais desagradam ajuízes

5?
rTClínica Dr. Tuffflc M

Prof. Dr. Tuffik Mattar - CRI*

Dra. Elisabeth Oliveira Mattar — í

Ass : Dr. Telemaco Bellem - 1

• Cardiovascular • Geriatria • In

(aterosclerose)
Rua 7 de Abril, 282 - 11° Andar - Te

-ÂDVOCACIA-

Jefferson Perronl
Paulo de Aquino Machado

Testamentos - Doações - Inventai
Locações - Desapropriações - Sepa
Judicial - Divórcio - Alimentos

Rua Quintino Bocaiuva, 191, 3o

, co
Tel. 34-1939

RIO
AGÊNCIA ESTADO

Juízes de todo o País estão insa-
tisfeitos com o anteprojeto da Co-
missão da Organização de Poderes e
Sistema de Governo, que estende
aos defensores públicos, promotores
e procuradores dos Estados as prer-
rogativas até hoje exclusivas dos
magistrados: a vitaliciedade, irredu-
tibilidade de salários e inamovibili-
dade (não podem ser transferidos).
Além disso, o documento equipara
os salários do Ministério Público
(Executivo) aos dos juízes (Judiciá-
rio), prevendo aumento automático,
na mesma proporção dos reajustes
dos salários dos ministros do Supre-
mo Tribunal Federal.

"Fomos surpreendidos por esses
dispositivos. Ou eles pretendem en-
fraquecer o Poder Judiciário ou en-
tão criar três novos poderes, que se-
riam a Defensoria Pública, Procura-
doria dos Estados e Ministério Públi-
co. "A afirmação foi feita ontem, no
Rio, por Hélio Augusto Silva Assun-
ção, juiz da Ia

Vara de Falências e
Concordatas e representante da as-
sociação dos magistrados fluminen-
ses. Segundo ele, "se todos forem au-
toridade, ninguém será autoridade;
se tivermos de atender a essas prer-
rogativas estendidas aos membros
do Ministério Público, os processos
serão de extrema morosidade, por-
que o juiz já não será a maior autori-
dade".

Hélio Assunção citou, como
exemplo, a atuação do promotor
que, durante o processo, estará dis-
putando a condição de igualdade
com o juiz. "Se o processo for de

crime, o promotor, com vantagens
idênticas às dos juízes, vai competir
com o advogado de defesa em condi-
ções desiguais." Depois, lembrou que
as prerrogativas constitucionais dos
juízes "não foram inventadas por
eles, mas cidadãs no século XVII, na
Inglaterra, durante a luta contra a
monarquia absoluta, e representam
uma garantia para que a Justiça
atue de forma independente".
"Os juízes querem saber quais os
critérios e argumentos usados pelos
constituintes para decidir vincular
'funcionários públicos a membros do
Poder Judiciário'", afirmou Assun-
ção, para em seguida indagar: "Se os
parlamentares pensam em estende
essas prerrogativas a promotores e
procuradores, porque exercem fun-
ções jurídicas, então por que não be-
neficiar tamibém os delegados de Po-
lícia Civil e Federal e os procurado-
res da Fazenda e das autarquias?
Ele considera que os dispositivos do
anteprojeto da comissão temática
foram conseguidos através de "fortes
lobbies por parte das categorias ago-
ra beneficiadas".

O juiz fluminense acredita que
outros juízas tinham conhecimento
do risco de os dispositivos serem
aprovados, mas não poderiam fazer
iobby devidio a sua própria condição
de magistrados. "Pertencemos & um
poder da República desarmado; na
Constituinte, ficamos ainda mais de-
sarmados", lamentou Assunção, in-
conformado com a possibilidade de
os juízes serem "rebaixados a funcio-
nários públicos, apêndice do Poder
Executivo". Além disso, ele prevê "o
esvaziamento da categoria dos juí-
zes, uma ambição para muitos pro-J
motores e procuradores".